

**Despacho (extrato) n.º 3842/2015**

Por Despacho, no uso de competência delegada — ponto 1.13 da Deliberação n.º 1661/2014, de 29 de agosto — do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões, de 18 de março de 2015, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada à médica de Medicina Geral e Familiar, Maria Helena Silva Alexandre e Sousa, do mapa de pessoal do mesmo Agrupamento, a acumulação de funções no Lar da Misericórdia de S. Pedro do Sul, em S. Pedro do Sul, no Centro Social de Cambra, em Vouzela e na Empresa Ciclocede, L.ª, no Centro Hospitalar Tondela Viseu, E. P. E., em Viseu.

24 de março de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., José Manuel Azenha Tereso.

208542636

**Despacho (extrato) n.º 3843/2015**

Por Despacho, no uso de competência delegada — ponto 1.13 da Deliberação n.º 1661/2014, de 29 de agosto — do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões, de 18 de março de 2015, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada ao Fisioterapeuta, Paulo Jorge Correia Gomes Pereira, do mapa de pessoal do mesmo Agrupamento, a acumulação de funções na Fundação Mário da Cunha Brito, em S. Pedro de Alva e na Clínica Baccari, em Viseu.

24 de março de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., José Manuel Azenha Tereso.

208542888

**Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.****Aviso n.º 4125/2015**

No seguimento do procedimento concursal comum para recrutamento de pessoal médico, da carreira médica hospitalar, com a especialidade de ortopedia, para preenchimento de sete postos de trabalho na categoria de assistente, visando o exercício de funções em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, e conforme aviso n.º 12490/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 10 de novembro de 2014, torna-se público que o procedimento ficou deserto por desistência do único candidato.

25 de março de 2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques.

208539583

**Aviso n.º 4126/2015**

No seguimento do procedimento concursal comum para recrutamento de pessoal médico, da carreira médica hospitalar, com a especialidade de gastroenterologia, para preenchimento de três postos de trabalho na categoria de assistente, visando o exercício de funções em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, e conforme aviso n.º 12501/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 10 de novembro de 2014, torna-se público que o procedimento ficou deserto por falta de candidaturas.

25 de março de 2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques.

208539267

**INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.****Aviso n.º 4127/2015**

Por despacho de 07-01-2015, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, autorizo a Santa Casa da Misericórdia de Canha, com sede na Rua Mário Salgueiro, n.º 28, 2895-022 Canha, a adquirir diretamente aos produtores, grossistas e importadores substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, para uso exclusivo dos doentes internados nas suas instalações sitas na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Canha, 2985-033 Canha, ao abrigo da Deliberação 09/CD/2010, de 20 de janeiro, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data do despacho, e considerando-se

renovada por igual período, se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

14-01-2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, Dr.ª Paula Dias de Almeida.

208542044

**Despacho n.º 3844/2015**

O Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., considerando que:

a) O Regulamento Interno da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., aprovado pela deliberação n.º 1783/2013, publicada na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 191, a 3 de outubro de 2013, determina a existência da Unidade de Licenciamentos (UL), como subunidade orgânica pertencente à Direção de Inspeção e Licenciamentos (DIL).

b) Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, o cargo de Diretor da Unidade de Licenciamentos é de direção intermédia de 2.º grau;

c) Nos termos do disposto no artigo 21.º do citado diploma, procedeu-se à abertura de procedimento concursal para ocupação do referido cargo, com observância de todo o formalismo legal;

d) Do referido procedimento concursal resulta a proposta pelo júri, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo 21.º, de designação do licenciado Vasco Bettencourt do Espírito Santo Nunes,

designa, ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, o licenciado Vasco Bettencourt do Espírito Santo Nunes para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Diretor da Unidade de Licenciamentos, com efeitos à data de assinatura do presente Despacho.

4 de março de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, Eurico Castro Alves.

**Sinopse Curricular**

Nome: Vasco Bettencourt do Espírito Santo Nunes

Data de Nascimento: 20 de março de 1975

Habilitações Académicas: Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade Moderna de Lisboa (1996-2001); Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação (2004), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Pós-Graduação em Direito Farmacêutico (2002), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Atividade Profissional: Desde 2001 até à presente data — Integra a atual Direção de Inspeção e Licenciamentos — Funções de Inspeção às diversas entidades intervenientes no circuito do medicamento e produtos de saúde; integrou o júri de concursos públicos para abertura de novas farmácias; prestou assessoria jurídica a concursos públicos para instalação de novas farmácias e postos farmacêuticos; exerceu funções na instrução de processos de contraordenação social e outras decisões sancionatórias; participou em operações conjuntas com diversas entidades nacionais e internacionais; participou como orador em sessões internas e externas; foi nomeado representante do INFARMED, I. P., em diversos grupos de trabalho, quer a nível nacional como internacional.

Desde 2012 até à presente data — Nomeado pelo Conselho Diretivo do INFARMED, I. P., como representante no Conselho Nacional de Antidopagem (CNAD), atualmente órgão dependente da ADOP (Autoridade de Antidopagem de Portugal).

2012 — Nomeado elemento de Júri de procedimentos concursais para preenchimento de diversos postos de trabalho.

Formação Profissional Relevante: Curso SIADAP — INA; Curso de Legislação Farmacêutica e Administração — Universidade de Strathclyde/ David Begg Associates, Londres; Boas Práticas de Distribuição de Medicamentos — Pharmaceutical Inspection Convention Scheme.

208542425

**Despacho n.º 3845/2015**

O Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., considerando que:

a) Os estatutos do INFARMED, I. P., aprovados pela Portaria n.º 267/2012, de 31 de agosto, determinam a existência da Direção de Inspeção e Licenciamentos, com as competências que lhe estão atribuídas no artigo 6.º do mesmo diploma legal.

b) Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de